



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**

**SENTENÇA**

Processo nº: **4001047-38.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**  
 Impetrante: **ANTONIO ROBERTO RIBEIRO**  
 Impetrado: **DIRETORA TÉCNICA DA 26ª CIRETRAN DE SÃO CARLOS/SP e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Recebo os embargos de declaração de fls. 64/68, eis que tempestivos.

Alega o Impetrante que a r. sentença que julgou improcedente o pedido e denegou a segurança, incorreu em omissão/dúvida e obscuridade, pois no presente *mandamus* não se questiona a multa por infração de trânsito e sim o procedimento administrativo de bloqueio de carteira nacional de habilitação em virtude de pontuação.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

Os embargos merecem acolhimento.

O Superior Tribunal de Justiça reconheceu a possibilidade de ser concedido efeito modificativo ao julgado, devendo, pela excepcionalidade ser examinado cada caso concreto (STJ RESP 27.061/7 SC – Relator Ministro José de Jesus Filho, nota 10, ao artigo 535 do Código de Processo Civil Comentado de Theotônio Negrão).

Neste sentido já se decidiu: “os embargos declaratórios são admissíveis para correção de premissa equivocada de que haja partido a decisão embargada, atribuindo-se-lhes efeito modificativo, quando tal premissa influente no resultado do julgamento (STJ RE 207.928/6-SP Rel. Ministro Sepúlveda Pertence, nota 10, b, do Código de Processo Civil Comentado de Theotônio Negrão).

No caso, a sentença não transitou em julgado e padece de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

erro, que merece ser corrigido.

Fundamentou o impetrante que a ilegalidade encontra-se presente no bloqueio de seu prontuário mesmo existindo processo administrativo não concluído, conforme se pode observar pelos documentos acostados aos autos.

Analizando novamente os documentos, verifica-se que o impetrante não abriu mão da ampla defesa, conforme alegado pela autoridade coatora. Na verdade, o documento de fls. 37 diz respeito à sua defesa quanto à decisão de suspensão de seu direito de dirigir, na qual ele solicitou a aplicação da penalidade mínima. Não consta dos autos documento que demonstre que este pedido tenha sido apreciado. Ademais, embora o impetrante não tenha recorrido da multa, apresentou defesa administrativa quanto ao bloqueio e suspensão de sua CNH (fls. 17 e 37), a primeira, pessoalmente e a segunda por intermédio de seu advogado, ambas ainda pendentes de decisão definitiva, conforme se observa do documento de fls. 69.

Não bastasse isso, de acordo com o artigo 265 do Código de Trânsito Brasileiro, as penalidades de suspensão ou cassação somente serão aplicadas por decisão fundamentada da autoridade competente, em processo administrativo, assegurado ao infrator o direito à ampla defesa.

É de conhecimento geral que todos, inclusive a Administração Pública, submetem-se ao teor das leis. Assim, enquanto não concluído o processo administrativo, não há fundamentos para a medida tomada.

Frise-se o disposto no artigo 24 da Resolução 182 do CONTRAN:

*“No curso do processo administrativo de que trata esta Resolução não incidirá nenhuma restrição no prontuário do infrator, inclusive para fins de mudança de categoria da CNH, renovação e transferência para outra unidade da Federação, até a notificação para a entrega da CNH de que trata o art. 19”.*

Ainda neste sentido, segundo a Resolução:

*“Art. 6º. Esgotados todos os meios de defesa da infração na esfera administrativa, os pontos serão considerados para fins de instauração de*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**

*processo administrativo para aplicação da penalidade de suspensão do direito de dirigir.*

*§ 1º. Os órgãos e entidades do SNT que aplicam penalidades deverão comunicar aos órgãos de registro da habilitação o momento em que os pontos provenientes das multas por eles aplicadas poderão ser computados nos prontuários dos infratores.*

*§ 2º. Se a infração cometida for objeto de recurso em tramitação na esfera administrativa ou de apreciação judicial, os pontos correspondentes ficarão suspensos até o julgamento e, sendo mantida a penalidade, os mesmos serão computados, observado o período de doze meses, considerada a data da infração”.*

No caso em tela, verifica-se que o impetrante interpôs recurso administrativo no prazo previsto em lei, não sendo, portanto, admitida a aplicação de qualquer tipo de penalidade antes de concluído o devido processo legal.

Nesse sentido:

*Processo Administrativo Renovação de CNH - Pendência de julgamento de recurso administrativo Suspensão do direito de dirigir - Inadmissibilidade - Respeito ao contraditório e à ampla defesa - Resolução nº 182/05 do CONTRAN. Recurso improvido. (Apelação nº 0006360-53.2010.8.26.0566, rel. ALVES BEVILACQUA, Dj 08.03.2012).*

Presente a ilegalidade e evidente o direito líquido e certo do impetrante, as restrições não podem constar de seu prontuário, enquanto não ocorrer o trânsito em julgado administrativo.

Ante o exposto, **acolho** os embargos para conferir, excepcionalmente, efeito modificativo e reconsiderar a sentença de fls. 58/61, **concedendo a segurança**, para determinar que não seja aplicada sanção administrativa ao impetrante até o término do procedimento administrativo.

No mais, a sentença permanece tal como lançada.

Oficie-se à autoridade coatora comunicando o teor desta decisão, para que proceda ao desbloqueio da CNH do impetrante.

Escoados os prazos de recurso, subam os autos ao Egrégio



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

Tribunal de Justiça para o reexame necessário, como determina o artigo 14, parágrafo 1º da Lei nº 12.016/2009.

Retifique-se o registro de sentença.

**P R I C**

São Carlos, 07 de fevereiro de 2014.